

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	7
INTRODUÇÃO	9
1. Direito Administrativo e Administração Pública	9
1.1. «As várias acepções da expressão «administração pública»	13
1.1.1. Administração Pública em sentido orgânico	13
1.1.2. Administração pública em sentido material	15
1.1.3. Administração pública em sentido formal	17
2. A administração e as demais funções do Estado	18
2.1. Política e administração pública	18
2.2. Legislação e administração pública	19
2.3. Justiça e administração pública	20
CAPÍTULO I: EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	23
1. Considerações preliminares	23
2. A época Medieval (sécs. V a XV)	24
3. A Época Moderna e o <i>Estado-de-Polícia</i> (sécs. XV a XVIII)	25
4. A Época Liberal (fins do séc. XVIII até às guerras mundiais da primeira metade do séc. XX)	27
5. A Época do Estado de Direito Social e tendências actuais de transformação (da segunda metade do séc. XX em diante)	30
5.1. Privatização da Administração Pública	33
5.2. Regulação	35
5.3. Informatização	36
5.4. Internacionalização	38

CAPÍTULO II: OS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS	41
1. Considerações preliminares	41
2. Sistema administrativo de tipo francês ou de administração executiva	42
3. Sistema administrativo de tipo britânico ou de administração judiciária	46
4. Confronto entre ambos	48
5. Evolução e aproximação dos dois sistemas	49
 CAPÍTULO III: A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	 53
1. Elementos estruturais e funcionais da organização administrativa	53
1.1. Organização administrativa e personalidade colectiva	53
1.2. Classificação das pessoas colectivas públicas	55
1.3. Criação e regime jurídico das pessoas colectivas públicas	57
1.4. Atribuições ou fins das pessoas colectivas públicas	58
1.5. Órgãos administrativos, titulares e trabalhadores da Administração Pública	58
1.6. Competências e legitimação	60
2. Sistemas de organização administrativa e relações funcionais interorgânicas	62
2.1. Concentração e desconcentração; hierarquia e delegação de poderes	63
2.2. Centralização e descentralização; tutela administrativa	75
2.3. Devolução de poderes; superintendência	79
3. Sectores da organização administrativa portuguesa	81
3.1. Administração estadual directa	81
3.2. Administração estadual indirecta	83
3.3. Administração autónoma	89
3.3.1. Administração autónoma territorial	92
3.3.2. Administração autónoma não territorial	94
3.4. Administração independente	97
4. Tendências de transformação	98
 CAPÍTULO IV: OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS REGULADORES DA ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA	 101
1. Considerações preliminares	101
2. Princípio da prossecução do interesse público	103
3. Princípio da legalidade	105
4. Princípio do respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares	110

5. O poder discricionário da Administração	114
6. Princípio da igualdade	120
7. Princípio da proporcionalidade	122
8. Princípio da justiça	124
9. Princípio da imparcialidade	125
10. Princípio da boa-fé	128
11. Os princípios gerais da actividade administrativa no novo Código do Procedimento Administrativo de 2015	130

CAPÍTULO V: A ACTIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO: FORMAS DE EXERCÍCIO DO PODER ADMINISTRATIVO	133
§ 1.º – INTRODUÇÃO	134
§ 2.º – O REGULAMENTO ADMINISTRATIVO	136
1. Noção	136
2. Classificações	140
2.1. Quanto à eficácia	140
2.2. Quanto à relação com a lei	142
2.3. Quanto ao objecto	147
2.4. Quanto ao âmbito de aplicação	148
3. Fundamento do poder regulamentar	148
4. Limites do poder regulamentar	149
5. Procedimento de elaboração dos regulamentos	154
6. Vigência dos regulamentos	158
6.1. Início	158
6.2. Modificação e suspensão	158
6.2.1. Princípio da inderrogabilidade singular	159
6.3. Cessação da vigência: caducidade, revogação, decisão administrativa ou decisão contenciosa	160
§ 3.º – O ACTO ADMINISTRATIVO	163
1. Noção, natureza, importância e estrutura	163
1.1. Noção	163
1.2. Natureza	172
1.3. Importância	173
1.4. Estrutura	175
2. Tipologia dos actos administrativos	179
3. Classificações dos actos administrativos	191
3.1. Critério da autoria	192

3.2. Critério dos destinatários	192
3.3. Critério da eficácia temporal	192
3.4. Critério dos efeitos produzidos	193
4. Procedimento administrativo	194
4.1. Noção, objectivos e princípios subjacentes	194
4.1.1. Noção	194
4.1.2. Objectivos	196
4.1.3. Princípios fundamentais	197
4.2. Fases	200
4.2.1. Fase inicial	201
4.2.2. Fase da instrução	203
4.2.3. Fase da audiência dos interessados	205
4.2.4. Fase da decisão	209
4.2.5. Fase integrativa de eficácia	210
5. Validade e eficácia do acto administrativo	211
5.1. Ilegalidade: os vícios do acto administrativo	218
5.1.1. Usurpação de poder	219
5.1.2. Incompetência	220
5.1.3. Vício de forma	221
5.1.4. Violação de lei	222
5.1.5. Desvio de poder	224
5.1.6. Cumulação de vícios	225
5.2. Formas de invalidade: nulidade e anulabilidade	226
6. Ratificação, reforma e conversão dos actos administrativos	229
7. Revogação e anulação administrativas dos actos administrativos	230
7.1. Revogação	231
7.2. Anulação administrativa	233
§ 4.º – O CONTRATO ADMINISTRATIVO	238
1. Introdução	238
2. Origem histórica do contrato administrativo	239
3. Noção	241
4. Tipos de contratos administrativos	249
4.1. Empreitada de obras públicas	249
4.2. Concessão de obras públicas	250
4.3. Concessão de serviços públicos	251
4.4. Concessão de exploração de bens do domínio público	252
4.5. Locação de bens móveis	254

4.6. Aquisição de bens móveis	254
4.7. Aquisição de serviços	255
5. A formação dos contratos administrativos	255
5.1. Fase preparatória	257
5.2. Fase decisória	261
6. A execução dos contratos administrativos	263
6.1. Poder de direcção	265
6.2. Poder de fiscalização	266
6.3. Poder de modificação unilateral	266
6.4. Poder de aplicação de sanções	270
6.5. Poder de resolução unilateral	272
6.6. Poder de ordenar a cessão da posição contratual do co-contratante para terceiro	273
7. Invalidade dos contratos administrativos	274
7.1. Invalidades procedimentais ou derivadas	274
7.2. Invalidades próprias do contrato	275
8. Extinção dos contratos administrativos	276
 CAPÍTULO VI: AS GARANTIAS DOS PARTICULARES	 279
1. Introdução	279
2. Garantias administrativas	280
2.1. Noção e espécies	280
2.2. Garantias petitórias	282
2.3. Garantias impugnatórias	285
2.3.1. A reclamação	286
2.3.2. O recurso hierárquico	287
2.3.3. Recursos administrativos especiais	291
2.3.3.1. O recurso hierárquico impróprio	292
2.3.3.2. O recurso tutelar	292
2.4. A queixa ao Provedor de Justiça	293
3. Garantias contenciosas ou jurisdicionais	295
4. Garantias políticas	296
 CAPÍTULO VIII: A RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO	 299
1. Considerações preliminares	299
2. Soluções admissíveis	303

3. Soluções consagradas no ordenamento jurídico português	304
4. A responsabilidade extracontratual da Administração por actos de gestão pública	308
4.1. Responsabilidade subjectiva	308
4.2. Responsabilidade objectiva	310
4.2.1. Responsabilidade por funcionamento anormal do serviço	310
4.2.2. Responsabilidade pelo risco	312
4.2.3. Responsabilidade por acto lícito	313